



**Baú de  
Preciosidades**



---

## ENTREVISTA

### Projeto Acessibilidade: histórias e vivências

O Conselho Editorial da Revista Série Acadêmica entrevistou os docentes Carmem Silvia Cerri Ventura (CCV), José Meciano Filho (CCV), José Oscar Fontanini de Carvalho (CEATEC), Rita Maria Manjaterra Khater (CCV), Silvia Cristina de Matos Soares (CEATEC), que iniciaram esse projeto.\*

---

#### 1. Como foi o início do Projeto de Acessibilidade (ProAces)? Indique os aspectos positivos e as dificuldades vivenciadas.

**Carmem Silvia Cerri Ventura** – O Projeto de Acessibilidade - ProAces - teve início em 1997. No segundo semestre de 1996, antes do início das inscrições para o vestibular, fomos procurados por uma jovem deficiente visual (DV), e sua mãe, pois sua intenção era cursar psicologia. Dada a sua condição de deficiente, queria informações sobre a possibilidade de frequentar esse curso e a nossa opinião sobre essa situação, já que, à época, eu era Coordenadora do Curso de Psicologia. Até então, não havia na Universidade alunos portadores de DV ou de qualquer outro tipo de deficiência. Depois de discutirmos sobre o assunto, verificamos que aprenderíamos muito com ela e que não haveria qualquer restrição. A aluna passou no vestibular aqui na PUC-Campinas. Na Unicamp foi aprovada, em primeiro lugar, no Curso de Música. E ela cursou as duas faculdades, concomitantemente. Diante da concretização da matrícula, faltava acertarmos como seria, de fato, a sua frequência, o acesso ao material, aos textos, como seriam as provas. Temos de lembrar que os professores deixavam a matriz na gráfica para a confecção de cópias xerográficas pelos alunos. Mãe e filha relataram que possuíam material em casa, impressora Braille e demais equipamentos importados. Mas a Universidade não possuía tais equipamentos. Com relação às cópias xerografadas, os professores deveriam emprestar os livros; a primeira cópia original era digitalizada pela mãe com a ajuda

de um escâner e, em seguida, se passava para a escrita Braille. Para a confecção das provas, procuramos o Centro Cultural Louis Braille e a Pró-visão - Sociedade Campineira de Atendimento ao Deficiente Visual - para saber como seria feita a transcrição. Enquanto fazíamos essa busca, reunimos os professores do primeiro ano para informar-lhes que tínhamos uma aluna deficiente visual no curso e que tínhamos de fazer alguns acertos com relação aos textos e detalhes, tais como falar enquanto estivessem escrevendo na lousa. Toda essa adaptação, há 12 anos, foi muito interessante. Os professores estavam preocupados com essa nova situação e eu os acalmava, dizendo que a aluna só não enxergava, mas podia ouvir perfeitamente. A princípio, a reação dos docentes era de um certo temor, uma certa insegurança. Chamamos a Profa. Hitomi, que trabalha com deficiência visual na sala de recursos da Escola Estadual Carlos Gomes, para esclarecer aos professores sobre esse novo procedimento. Enquanto isso, tentávamos descobrir como deveríamos fazer a transcrição do material para a escrita Braille, pois tanto o Centro Cultural Louis Braille como a Pró-Visão se situam, fisicamente, muito longe desta Universidade. Enquanto tentávamos resolver essa situação, conhecemos o Centro de Formação do Magistério (Ceforma), onde a Profa. Hitomi prestava assistência. Também trabalhava nesse local a docente da Faculdade de Educação da PUC-Campinas, Profa. Mônica Cristina Martinez de Moraes. Os docentes enviavam as questões das provas e a minha secretária, à época, Iussara Martins, levava-as para o Ceforma, a fim de fazer a

---

\* Obs.: Profª Mônica Cristina Martinez de Moraes também participou do início do programa sendo sua coordenadora até hoje mas não pôde comparecer a entrevista.

transcrição para a escrita Braille. A aluna fazia a prova, mandávamos de volta e eles transcreviam para o papel. A aluna sempre deixou claro que nunca faria nada diferente dos colegas. Ela também não aceitava fazer prova oral, nem que houvesse qualquer mudança nos procedimentos usuais utilizados em sala de aula. O único detalhe é que, na época, ela usava a máquina (de escrever) Perkins, que é um pouco barulhenta, por isso ela fazia as provas na minha sala, porque o barulho atrapalhava os colegas. E os professores brincavam muito com essa situação! O Prof. Pedro Paulo de Barros, de Fisiologia, ficava inconformado com a velocidade com que a aluna datilografava. Na hora em que o professor acabava de falar e olhava para a mão da aluna, ela tinha acabado de datilografar e parava também, tamanha era a sua rapidez. Dizia até que ela o fazia na velocidade do som. Essa brincadeira permitiu descontrair o grupo. Os colegas queriam esganá-la, porque, às vezes, ninguém havia lido os textos e somente ela os lia, estudava e os discutia. Como Coordenadora, achei que não era possível a Universidade procurar auxílio externo para dar conta de atender uma aluna deficiente visual. Nesse sentido, fui falar com Prof. Carlos de Aquino Pereira, vice-reitor acadêmico naquele período. Para minha surpresa, recebi a informação de que havia outros alunos cegos na Universidade: seis na Informática, um no curso de Relações Públicas, um no curso de Direito e um no curso de Psicologia. Havia, também, um aluno com baixa visão, no Campus II, no curso de Nutrição. O Prof. Aquino nos orientou para falar com o Prof. José Oscar Fontanini de Carvalho, vice-diretor do instituto de informática da época, e com os demais professores das Faculdades em que esses alunos cursavam. Em reunião com as Professoras Mônica Cristina Martinez de Moraes e Rita Maria Manjaterra Khater, que já trabalhava no Centro Interdisciplinar de Atenção ao Deficiente - CIAD por conta do Ceforma, percebemos que havia dez alunos com deficiência visual na Universidade e que cada curso tinha um procedimento diferente.

Decidimos marcar uma reunião com esses alunos para expor a intenção da Universidade realizar um atendimento diferenciado e, também, para ouvir suas necessidades, a maneira como estavam se organizando para poder estudar, fazer as provas e os trabalhos. Dessa reunião surgiu a primeira sementinha do ProAces. O Prof. José Oscar foi pesquisar qual era infraestrutura que a Universidade precisava providenciar para atender esses alunos. O ProAces iniciou as atividades com a finalidade de atender somente alunos com deficiência visual. Esse programa passou, depois, a ser coordenado pela Profa. Mônica e vinculado à Faculdade de Educação. A PUC-Campinas foi pioneira. Não existia esse tipo de serviço em nenhum outro lugar e, naquela época, não havia, ainda, a obrigatoriedade que existe hoje. A Universidade foi uma das primeiras que se organizou institucionalmente com equipamentos e monitores para atender esses alunos. E foi um avanço, porque o ProAces foi um marco importante no reconhecimento da condição da deficiência. Somente depois dessa estruturação é que se ampliou o atendimento para os surdos. Na época da criação do ProAces, o aspecto positivo foi a grande inovação, a posição de vanguarda da Universidade. A dificuldade foi delimitar o atendimento aos alunos com deficiência visual. E a PUC-Campinas passou a apoiar outras atividades. Durante o Congresso Eucarístico Nacional, ocorrido em Campinas, em 2001, o texto base utilizado nesse evento foi impresso na escrita Braille pela PUC-Campinas. A Universidade apoiou, também, todo o trabalho realizado com pessoas portadoras de outras deficiências.

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – Em 1993, eu era o vice-diretor do Instituto de Informática e a Profa. Dra. Angela de Mendonça Engelbrecht, a diretora. Ela disse-me que estávamos com um problema sério, pois havia, na sala em que eu lecionaria, naquele ano, um aluno deficiente visual e ela não tinha a menor ideia de como deveríamos proceder. Eu lecionava a disciplina Modelagem de Sistemas e trabalhávamos com

modelos gráficos de sistemas e não sabia como ensinaria modelagem para esse aluno. Nessa época, eu estava procurando um tema para minha dissertação de mestrado, na área de interação homem-computador e, assim, decidi que seria esse mesmo o tema. Falei com a minha orientadora e ela, espantada com tal decisão, falou-me que nem ela e nem ninguém no Brasil entendia de tecnologia para deficiente visual. Decidi pesquisar para dar uma solução para o caso desse rapaz. E comecei a estudar a tecnologia para poder trabalhar, pois a questão maior era saber como esse aluno trabalharia com o computador. Minha tese de mestrado e meu doutorado foram nessa área. Depois, veio outra aluna, com visão subnormal bem acentuada. Formamos, em 1992-93, um grupo de pesquisa e começamos a estudar possíveis soluções tecnológicas para uma pessoa com deficiência visual ter acesso à informação. Temos de lembrar que, naquela época, estávamos saindo de uma reserva de mercado de informática e, tanto no Brasil, como no exterior, existia pouca opção. Esse grupo de pesquisa começou a dar soluções caseiras, estudou os problemas, e publicou um artigo. Desde essa época, já estávamos numa vanguarda nacional. Nosso primeiro artigo foi publicado pela revista *Informédica* do professor Renato M. E. Sabbatini, da Unicamp, uma revista de informática para médicos. Começamos a pesquisar e criar de acordo com as necessidades, tais como impressoras adaptadas para esses alunos. Como não conhecíamos o problema, resolvíamos o assunto com o próprio aluno. Nos reuníamos e, juntos, buscávamos soluções. Um dia a Rosinha (Rosa Maria Cruz Gontijo) ligou-me para informar que havia mais um aluno com deficiência visual lá na Psicologia e que eu deveria conversar com a Profa. Carmem. E antes mesmo de marcarmos uma reunião, nos encontramos num evento. Acredito que a inteligência está no grupo e não na pessoa, por isso nunca gostei de trabalhar individualmente. Sempre preferi que o grupo fosse multidisciplinar. Todos os meus trabalhos, até hoje, foram sempre com grupos multidisciplinares. Eu

nunca acreditei na especialização e, na época, formamos um grupo. Como, entre todos do grupo, eu era o único vice-diretor e, portanto, estava mais perto da administração superior, sempre que precisava encaminhar um documento para o pró-reitor, era eu que fazia esse trabalho. Esse livre acesso à administração superior proporcionou uma liderança natural, não por outro motivo, só pelo fato de eu estar mais perto e ter a facilidade de reservar uma sala para o grupo se reunir e outros detalhes que precisávamos para trabalhar. Lembro-me da data da nossa primeira reunião: 1º de outubro de 1997. Participaram dessa reunião a Profa. Carmem, A lussara, da Faculdade de Psicologia, eu e a Profa. Maria Cristina Luz Fraga Moreira Aranha, docente do Instituto de Informática. Nessa primeira reunião percebemos que esse projeto deveria ser multidisciplinar. Na segunda reunião, além de nós quatro, participaram, também, os alunos deficientes visuais e com visão subnormal da Universidade, seus familiares e um ex-aluno formado e que trabalhava como analista de sistema. Com o passar do tempo, esse grupo foi aumentando e incluímos a Profa. Mônica e depois a Profa. Rita. Esse projeto multidisciplinar foi assinado pelas Professoras Carmem e A lussara, da Faculdade de Psicologia, por mim e pela Profa. Cristina devido à tecnologia empregada e por tudo o que tínhamos feito no Instituto de Informática, pela Professora Mônica, representando a Faculdade de Educação Especial, e pela Professora Rita, do CIAD. O Projeto foi enviado, em novembro de 1997, e submetido à apreciação da vice-reitoria acadêmica. Foi assim que surgiu o ProAces. Tenho aqui o despacho com o parecer favorável da vice-reitoria da época, Profa. Olga Archangelo. Foi o parecer mais elogioso que já recebi até hoje! Esse projeto foi organizado em três partes: a tecnologia para dar apoio aos deficientes, o suporte para gerar os documentos com essa tecnologia e o acompanhamento dos alunos. O Projeto recebeu a denominação de ProAces/DV. Depois, iniciáramos o ProAces/DA, e assim por

diante. Sempre acreditei que, pelo fato de estarmos numa Universidade, o projeto deveria atuar na área de ensino, pesquisa e extensão. Eu me desinteresso por projetos que não tenham pesquisa, porque nos tornamos administradores. E não era essa a ideia. Nós ensinávamos, treinávamos as pessoas, executávamos, fazíamos o projeto funcionar, pesquisávamos e trazíamos informações novas. Tenho certeza de que nós fomos os pioneiros de um projeto completo aqui no Brasil. Havia a Universidade Federal do Rio de Janeiro que desenvolvera um equipamento para deficiente visual e estava sendo bem divulgado. Mas era só um equipamento. Não existia o apoio completo. Ninguém fazia isso naquela época. Nós publicamos esse projeto em revistas qualificadas e o apresentamos em congressos nacionais e internacionais. Fomos convidados a participar da mesa especial do I Congresso de Acessibilidade, ocorrido na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – USP. Nesse evento, estavam presentes os professores da Unicamp e da USP. E recordo-me que eles mencionavam não estarem nem perto daquilo que fazíamos.

**Rita Maria Majaterra Khater** – Foi notória excelência do Projeto apresentado pela PUC-Campinas. A Unicamp, presente na mesma mesa, tinha, naquela época, a obrigação de inovar com pesquisa e com aquele marketing de pioneirismo. E nós superamos! Essa mesa ficou na história!

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – Nós publicamos um livro sobre esse assunto e a Universidade institucionalizou o projeto. Ao fazê-lo, a pesquisa foi deixada de fora e foi aí que o projeto se perdeu. Ao me perguntar sobre as dificuldades que tivemos, respondo-lhe que foi em trabalhar de maneira multidisciplinar. Toda equipe multidisciplinar tem dificuldades, porque cada membro do grupo representa uma área e quer que sua área prevaleça. Destaco a parte positiva do projeto: a PUC-Campinas foi pioneira nessa área no Brasil. As soluções apresentadas nos projetos de acessibilidade de outras Instituições têm hoje o mesmo

formato daquele que fizemos. A diferença é que uns projetos ficam subordinados à biblioteca da Instituição, outros a demais setores. Mas a forma de trabalhar e a organização surgiram de ideias que tivemos durante as nossas reuniões. Não copiamos de ninguém, nem dos Estados Unidos.

**Rita Maria Majaterra Khater** – Esse projeto trouxe um caráter de inclusão para a Universidade e uma vertente inclusiva que é inovadora até hoje. Eu acompanho alunos em outras universidades que precisam de tradução e de orientação que a faculdade ou a universidade não promovem. Nós temos um caráter inclusivo. A pessoa com deficiência, que vem para a PUC-Campinas, sabe que encontrará um acolhimento diferenciado.

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – Trabalhávamos muito e não recebíamos pela hora excedente. O jornal Correio Popular pretendia emitir um jornal em escrita Braille e nos procurou, à época, pois tínhamos um equipamento que não existia igual na região. Declinamos do convite e justificamos que dávamos conta somente da produção interna. Para a publicação de um jornal desse porte precisaria, certamente, de um equipamento maior. Além do mais, éramos todos voluntários. Não poderíamos colocar uma equipe para ficar de madrugada recebendo pauta de jornal para imprimir em escrita Braille. Não podíamos assumir uma responsabilidade dessas e não tínhamos como atendê-los. E esse equipamento não era tão caro que essa empresa não pudesse adquiri-lo.

**Rita Maria Majaterra Khater** – Lembro-me, ainda, de uma discussão sobre quantos ProAces nós faríamos e em que local o deixaríamos. Seria na Faculdade de Psicologia ou no CIAD ou no prédio da Informática, na Central, no SBI, não conseguíamos chegar a uma conclusão!

**José Meciano Filho (Nino)** – Destaco a importância do olhar diferenciado. Essa época foi um marco. Antes de 1990, chegamos a ter um aluno formado pela Faculdade de

Fisioterapia, que era deficiente visual, um aluno na Faculdade de Educação Física com visão subnormal e uma cadeirante na Faculdade de Psicologia. Destaco o olhar diferenciado que surgiu com o Professor José Oscar e com os demais elementos do grupo. E a Profa. Carmem que teve essa visão de atender a aluna na Faculdade de Psicologia.

**Carmem Silvia Cerri Ventura** – Destaco o esforço dos professores para atender a aluna deficiente visual, no início do curso de Psicologia. Eles começaram a criar material didático. O Prof. Almir Linhares Faria, docente da disciplina Psicologia Geral, precisou se adequar para explicar profundidade no papel, pois a aluna queria entender esse conceito.

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – Essa foi uma fase muito difícil, pois nem todos os professores aceitavam a situação. Havia um docente que mencionara não ser possível o aluno aprender sua matéria e que ele não poderia se formar.

**José Meciano Filho (Nino)** - Os estudos na disciplina Psicologia do Desenvolvimento eram baseados em observações e relatórios semestrais. Naquele momento, o estudo focalizava as gestantes. A professora responsável pela disciplina ficou apavorada, pois não sabia como seria o resultado. Na reunião seguinte, a docente informou que o relatório da aluna deficiente visual foi o mais bem elaborado de toda a sala. E ela obteve a primeira colocação no Provão (???) de Psicologia do Estado de São Paulo.

**Carmem Silvia Cerri Ventura** – A mesma docente utilizava cenas de novelas para ensinar observação. Ela passou um trecho de uma novela, gravado em VHS. Nesse trecho não havia falas, era uma cena de perseguição de carros, com música e efeitos sonoros, com aceleração e brechadas. Os alunos deveriam assistir e relatar. A aluna deficiente visual fez o melhor relato e os colegas a aplaudiram quando acabou a atividade. Ela explicou que as pessoas que enxergam nem sempre ouvem os sons que, nesse caso, também faziam parte da cena.

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – Essa situação também se estende a outros cursos. Em Medicina, com relação à radiologia, um professor mencionou que o aluno não poderia ler uma radiografia. No curso de Nutrição, o professor salientou que o aluno não poderia observar se uma comida estaria boa ou não. Nessa época, eu assessorava o Prof. Aquino e precisava resolver essas questões. O curso de Medicina passou por uma época difícil. Precisou de um acórdão do Conselho (Universitário? de Medicina???) sobre um aluno cego de uma instituição de Santos. E constava desse acórdão que o próprio curso deveria solucionar esse tipo de problema. Foi muito trabalhoso.

**Silvia Cristina de Matos Soares** – Apesar de eu não ter vivenciado esse momento inicial do projeto, o mais interessante nesse histórico é o conceito de inclusão, que é o mesmo até hoje. Percebe-se que houve um envolvimento de várias pessoas, docentes ou não. Os professores, alunos e seus pais construíram um projeto e uma maneira de organizar as ações da Universidade com o conceito de inclusão. Não é porque o aluno tem uma deficiência, que vai ser tratado diferentemente. O aluno vai fazer a mesma coisa que os demais, só que de forma diferenciada. O grupo desenvolveu a infraestrutura, que não havia antes, os recursos e as máquinas. E trabalhou a postura dos docentes, pois não eram todos que queriam ou sabiam como participar. Foi importante a postura de como lidar com o desconhecido.

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – Essa era a postura da maioria, somente a minoria demonstrava certa resistência. E não era por falta de informação. Depois de receber as explicações, a pessoa acabava aceitando.

**José Meciano Filho (Nino)** – Creio que era medo!

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – Sim, medo de errar!

**Carmem Silvia Cerri Ventura** – No que se refere à aluna deficiente visual do curso de Psicologia,

não ouvi mais falar dela. Ela superou as dificuldades iniciais e o pessoal também se adaptou.

**Silvia Cristina de Matos Soares** – Mas essa aluna é sensacional! Trabalhei com ela na Unicamp, num projeto em que ela está até hoje com a Professora Teresa Egler Mantoan, da Faculdade de Educação, e com a Professora Maria Cecília Calani Baranauskas, do Instituto de Computação da Unicamp. Ela é uma pessoa com grande interesse por tudo. O que não conhece ou não sabe, acredita que tem uma maneira própria de saber. Isso acaba quebrando as barreiras que enfrenta.

**Rita Maria Majaterra Khater** – Seu brilhantismo é um destaque. Por isso eu creio que o sucesso desses nossos alunos tem muito a ver com a garra de cada um.

**Rita Maria Majaterra Khater** – Lembro-me que coloquei essa aluna de Psicologia e outra de Direito no projeto de Estágio Obrigatório da disciplina no Instituto Eldorado de Pesquisa. Ao verificar o desempenho de ambas, no mês seguinte, fiquei surpreendida. Todos estavam deslumbrados com o potencial das duas.

**Silvia Cristina de Matos Soares** – O professor pode ter a maior boa vontade, mas se o aluno não participar, não adianta. E isso faz uma diferença incrível!

**José Meciano Filho (Nino)** – O Prof. José Oscar tinha algum material, mas, na minha área, neurologia, não havia nada. Foi necessário construir os modelos. Começamos com os mais simples. Pegava o papel na impressora Braille e, com o cortador de massa de pastel, eu fazia os desenhos. Os alunos passavam o dedo sem a luva nesse modelo construído, porque com a luva eles não conseguiam ver. O tato sem a luva na peça anatômica permitiria o contato direto com o formol, o que desidrataria os dedos e prejudicaria o dia a dia. Foi esse o método utilizado, colando cordonê e fazendo o contorno dos objetos. Depois, evoluímos e passamos a construir os modelos em massa de

dentista. O modelo ficava na mesa do aluno deficiente visual e, quando era possível, esse aluno palpava as outras peças. O mais interessante é que eles acabavam explicando para os demais alunos. Esses alunos nunca quiseram fazer a prova de maneira diferente. A nossa prova é uma “gincana”. São colocados quatro ou cinco alfinetes no cérebro-modelo demarcando uma área. A pessoa vê onde estão esses alfinetes e responde a sua localização, o que é e a sua função. E eu tinha de construir a peça deles ao lado da peça do colega. Não podia reservar uma fileira da mesa. Há um despertador que toca a cada três minutos para que os alunos mudem de mesa para a identificação. E os alunos deficientes visuais também vão mudando. Foi muito interessante.

## 2. Quais as contribuições dessas experiências para o seu desenvolvimento profissional?

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – Essas experiências contribuíram para a elaboração do meu mestrado e doutorado. Eu pesquiso e tenho publicado artigos nessa área. Pessoalmente, a contribuição é inegável. E acredito que eu tenha colaborado bastante com a Universidade. Relativamente ao ramo da palavra-chave Acessibilidade, a PUC-Campinas encabeça esse ranking no Brasil com publicações. As pessoas ainda veem esta Universidade como uma instituição que tem um trabalho bem feito e conhecido nessa área. Somos reconhecidos. E gosto muito do que faço. Nós da área da tecnologia somos muito criticados. Houve uma época na minha vida que eu tive uma crise de identidade. Não sabia o que faria com toda essa tecnologia. Até parece o poeta Fernando Reis, “milhões de vasos sem nenhuma flor”. Eu realmente queria sair da empresa em que trabalhava e fazer dessa tecnologia alguma coisa boa. E eu trabalhava com informática, desempregando pessoas. Eu estava fazendo o mal e queria fazer o bem com essa tecnologia. Por isso vim para a Universidade e me comprometi a usar a tecnologia para ajudar as pessoas, o Ensino, a

facilitar, enfim, a inclusão digital. Foi esse sempre meu objetivo e me faz sentir muito bem. Desenvolvemos um trabalho na tese de doutorado com o pessoal de mestrado, na Unicamp. Desenvolvemos um produto, o patenteamos e o colocamos gratuitamente na Internet. Se não fosse o aluno deficiente, da informática, eu não saberia, naquela época, o estava fazendo nessa área. Esse trabalho me faz sentir bem.

**Rita Maria Majaterra Khater** – A minha experiência profissional estava centrada na pessoa com deficiência, é uma história de 26 anos. E cada dia é uma experiência nova. As vivências, o acompanhamento que eu pude ter no ProAces, ensinaram-me muito. Sinto orgulho em participar desta Instituição em que a inclusão é realidade. Orgulho profissional em saber que temos um olhar diferenciado. E a trajetória para a inclusão é muito mais efetiva do que outros modelos. E a nossa experiência profissional cresce e nos faz sentir mais inclusivos. Creio que é esse olhar que se modifica a cada momento. Cada dia é uma aprendizagem nova. Cada dia, ao entrar no CIAD posso vivenciar, realizar algo novo. E o ProAces foi uma experiência inusitada e orgulho-me de poder ter participado. E o fato de participar de uma Instituição que promove esse serviço, também me orgulha muito.

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – Fazemos parte da história da inclusão no país.

**Rita Maria Majaterra Khater** – Será que, nessa época em que acolhemos tantos deficientes, paralelamente, outras universidades, do mesmo porte da PUC-Campinas, já incluíam esse número de deficientes? Com esse mesmo resultado de sucesso? Embora eu não tenha dados, imagino que sim. Isso tudo nos acresce profissionalmente de uma maneira inexplicável.

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – Já que falamos da história da PUC-Campinas, menciono, também, o difícil trabalho de acessibilidade realizado durante o vestibular para pessoas com necessidades especiais

desenvolvido pela Profa. Mônica. Esta Universidade também é pioneira nessa área. Nenhuma outra instituição tinha o vestibular como o da PUC-Campinas. Buscávamos a pessoa com necessidades especiais de carro para ela poder fazer a prova, muito antes de saírem as leis. Lembro-me quando a Profa. Mônica pensou em usar uma tecnologia nova, considerada a melhor, o Braillon ou Braillete (não me lembro do nome correto), em que a folha de papel em Braille é substituída por uma folha de acetato feita numa impressora especial. O aluno colocava a mão naquele acetato, mas por estar nervoso para fazer o vestibular, começava a suar e a perder o tato. Foi necessário voltar a usar folha de papel, porque absorvia o suor. Era esse nível de trabalho que tínhamos, numa época em que ninguém discutia esse tema. Creio que era necessário dar esse depoimento e o devido destaque a esse trabalho desenvolvido.

**Carmem Silvia Cerri Ventura** – Eu sempre atuei na área educacional. E na época em que atuei na clínica de psicologia, lidava com questões de aprendizagem. Profissionalmente, bem antes dessa fase de 1997, eu trabalhava com bebês portadores de deficiência, atendendo, no contexto clínico, bebês e crianças com Síndrome de Down, Paralisia Cerebral, etc, e orientando suas famílias. Depois de 1997, voltei-me ao atendimento à deficiência essencialmente no ambiente educacional, e fui deixando a clínica. Desde 1997, trabalho num projeto de inclusão de crianças com Síndrome de Down e Autismo no ensino regular. A mudança, para mim, foi de contexto mesmo. Na perspectiva da clínica, o foco é a deficiência daquela determinada pessoa. Ao mudar o olhar para o contexto educacional, o foco se amplia, porque se refere ao sistema educacional como um todo. Trata-se do professor, da escola, do esclarecimento da comunidade, de pais e alunos. E esse trabalho é feito por nós, até hoje, com todos os avanços indiscutíveis que a inclusão tem. É uma luta que não acaba, pois ainda existem pessoas que perguntam se a Síndrome de Down é

contagiosa. Participei, em julho de 2009, de um encontro de formação sobre educação inclusiva, em Brasília-DF, e o que as pessoas dizem sobre inclusão é que passa a ser um projeto de vida. A mudança ultrapassa a área profissional, porque não se consegue mais olhar a vida da mesma maneira, pois se briga na igreja, no clube, se briga na rua...

**Rita Maria Majaterra Khater** – Passando esse conceito para a família, também!

**Carmem Silvia Cerri Ventura** – A nossa postura passa para a família, para os filhos, para os amigos e torna-se uma referência. Eu mudei de área e fui percebendo, também, se a escola está bem, se não precisa ter clínica. A mudança é pessoal e não só profissional.

**Silvia Cristina de Matos Soares** – Creio que na área profissional, sem dúvida alguma, o ProAces ajudou muito. O trabalho realizado, e que ainda é desenvolvido, auxilia professores que, como eu, por exemplo, não têm formação específica para lidar com deficientes. E no começo foi extremamente difícil, porque na minha aula havia um aluno com deficiência motora e dois com deficiência auditiva. Eu escrevia no quadro e ia falando, tendo um aluno que não ouvia em sala. Quando eu me lembrava, eu me virava para ficar de frente para a sala. Um dos deficientes auditivos conseguia fazer leitura labial, com esse eu falava mais pausadamente, olhando para ele. O aluno com deficiência motora fazia questão de escrever, mas demorava a realizar essa tarefa. Com ele eu precisei mudar o material e a maneira de dar aula. Estou em contato com o pessoal do ProAces para eu conseguir aprender a lidar com a situação. Profissionalmente foi bom, porque aprendi a trabalhar com circunstâncias que nunca havia imaginado. E pessoalmente, é uma transformação, pois só quem lida com pessoas com deficiência sabe como é tocante, pois ainda há pessoas que têm preconceito. O professor percebe que, além do conteúdo programático, é necessário fazer um trabalho voltado para a inclusão. E a classe inteira se envolve, se disponibiliza a ajudar ou a sugerir

outras maneiras de apresentar aquele conteúdo ou tema.

**Carmem Silvia Cerri Ventura** – E o resultado positivo é saber que a classe se preocupou e tentou uma solução para aquele problema. E, com isso, aprenderam duas vezes, porque pensaram e sugeriram outra maneira de apresentar aquele conteúdo. Repartiram conhecimento.

**Silvia Cristina de Matos Soares** – A área profissional e pessoal estão interligadas. Profissionalmente, aprendi a buscar tecnologias assistivas e a usar esses recursos para ver o que poderia ou não ser melhorado. Pessoalmente, é uma experiência gratificante, consegui realizar algo e envolver outras pessoas. Quando se percebe, todos estão unidos.

**Carmem Silvia Cerri Ventura** – Percebe-se que há inclusão quando o aluno deficiente passa a ser um a mais no grupo, sem qualquer distinção.

**Silvia Cristina de Matos Soares** – Esse conceito de inclusão existe desde o início do ProAces e permanece até hoje. Não se faz nada especialmente para um ou para outro, todos fazem a mesma coisa. Isso é inclusão.

**José Meciano Filho (Nino)** – Houve, sim, um crescimento profissional quando tive de traduzir o conteúdo de minha disciplina para o deficiente visual. Era uma nova maneira de ensinar. Também sinto orgulho por trabalhar numa Instituição que apoia a implantação de um projeto de inclusão, antes mesmo do surgimento de uma legislação específica. A PUC-Campinas sempre esteve aberta aos nossos anseios, desde o vestibular. Tivemos uma aluna que frequentava, em uma instituição estadual, a Faculdade de Educação e a coordenadora desse curso pediu para que ela o abandonasse, porque ela não tinha condições de se formar. Esse fato demonstra que somos vanguarda e não se discute. Durante as minhas palestras menciono que a PUC-Campinas é referência na área e sinto orgulho por isso, pelo zelo que se tem e pela seriedade

do processo. Quando venci o desafio de encontrar meios para ensinar o deficiente, percebi que eu dominava a minha disciplina. Porque eu tinha outros meios de ensinar. E estou em débito com a Instituição, pois ainda não publiquei todo o material que elaborei.

**Carmem Silvia Cerri Ventura** – Destaco, ainda, que os alunos com deficiência visual queriam alugar o material elaborado pelo Prof. Nino para estudar, devido à sua qualidade. E eles até explicavam o conteúdo para os colegas que enxergavam! E é aí que entra a inclusão e o ganho para todos. Sinto que os alunos com deficiência são um instrumento, pois proporcionam a melhora da escola e benefício aos demais. Recebi o depoimento de um professor de História, do 6º ano do Ensino Fundamental, que disse nunca ter notado a dificuldade que seus alunos tinham em relação à sua disciplina até que chegou uma aluna com Síndrome de Down. A partir daí, ele começou a prestar mais atenção para ver se essa aluna tinha entendido ou não a explicação. E as dúvidas que surgiam eram as mesmas dos colegas. E ele não percebia o grau de dificuldade dos demais, porque, na escola, a criança aprende a não perguntar mais do que uma vez. Ocorre que a criança faz a pergunta e o professor responde. Se ela ainda não conseguiu entender e se perguntar de novo, provavelmente levará uma bronca, porque não deveria estar prestando atenção no momento da explicação. E ela para de perguntar. No caso da aluna com Síndrome de Down, enquanto ela não entender, fica olhando para o professor. Ela não vai disfarçar. Se ela não entendeu você vai ter de explicar de novo. E essa situação auxilia os demais.

**Rita Maria Majaterra Khater** – Creio que o verdadeiro sentido do ensino inclusivo é esse, que o professor entenda a diversidade da sala de aula. A Profa. Geraldina Witter, docente dos professores. Ela dizia que "não é o aluno que tem dificuldade de aprender é você que tem dificuldade de ensinar". Se o professor tivesse esse olhar inclusivo e percebesse a diversidade

tem dificuldade de aprender é você que tem dificuldade de ensinar". Se o professor tivesse esse olhar inclusivo e percebesse a diversidade da sala de aula, entenderia, pois é o aluno que está sem comer, está deprimido e tem tantos problemas. O ProAces está focado na deficiência. Mas o professor tem de aproveitar desse Projeto e fazer que esta seja uma Universidade inclusiva de fato, percebendo a diferença de cada um na sala de aula. Esse é o professor ideal.

**Carmem Silvia Cerri Ventura** – É pela inclusão que você se torna melhor professor, tornando a escola melhor.

**Rita Maria Majaterra Khater** – Creio ser esse um ensaio para ser melhor professor para todos.

### 3. Qual o alcance desse projeto?

**José Meciano Filho (Nino)** – O alcance transcende a escola, propiciando atender à expectativa de uma família. Costumo dizer que somos felizes, pois não temos os mesmos problemas de pais cujo filho é deficiente. A grande preocupação desses pais é saber quem, após a sua morte, vai cuidar de seu filho. Creio que esse alcance de propiciar um sonho é uma realização e uma independência. Realizei uma pesquisa para avaliar qual a percepção dos alunos, na sala de aula, com e sem a presença de um deficiente, no caso do meu projeto, um deficiente visual. Os alunos diziam que se o aluno deficiente era capaz, eles também seriam capazes de executar determinadas tarefas, permitindo, desse modo, que todos crescessem do ponto de vista pessoal. Na disciplina, enquanto estou projetando o desenho, estou colocando a mão na cabeça do aluno, estou palpando e explicando onde se localizam os conceitos que eu estou apresentando. E os alunos prestam mais atenção e pedem para ver. Na sala em que não havia um deficiente visual, era comum o aluno que enxergava pedir para mostrar na sua cabeça onde se localizava determinado

conceito. Nesse levantamento, todos ganharam no sentido pessoal. E esse é o alcance.

**Carmem Silvia Cerri Ventura** – Os professores também aprenderam a ser mais tolerantes.

**José Meciano Filho (Nino)** – E os alunos também, pois tiveram paciência de esperar eu explicar, todos cresceram. Essa pergunta foi importante, pois eu precisava falar sobre esse ganho.

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – Esse projeto saiu dos muros da Instituição e teve alcance social, porque um aluno comenta com os seus colegas e há, atualmente, uma rede de comunicação enorme. Eu sei por ter visto e ter participado. Exemplifico com a participação em um congresso de pessoas com necessidades especiais, e apresentar um projeto, fazer uma palestra, não é fácil, por que eles criticam, sem qualquer pudor, quem estiver fazendo algo inadequado. Às vezes, um pequeno detalhe é o suficiente para eles focalizarem a crítica. E participei de vários desses congressos. Creio que a PUC-Campinas é reconhecida nacionalmente pelo projeto que tem. Entre os deficientes há comentários de que a PUC-Campinas é uma boa alternativa para quem tem necessidades especiais e quer cursar uma Universidade séria. E esse alcance social é muito bom. Com relação à área educacional, o sucesso surgiu a partir do momento em que vários profissionais competentes, já citados anteriormente, se propuseram a desenvolver um bom trabalho. Creio que se um aluno com necessidade especial entrar na PUC-Campinas, ele vai aprender, pois esta Universidade está preparada para atendê-lo corretamente. E na pesquisa, tivemos um alcance internacional por meio de artigos publicados no Exterior, como a Espanha, que é referência em inclusão. O Projeto de Acessibilidade ficou maior do que esperávamos, quando o iniciamos para resolver um problema imediato.

**Rita Maria Majaterra Khater** – O alcance desse projeto é o crescimento pessoal dos alunos que têm a oportunidade dessa convivência

inclusiva, formatada pelo ProAces. O aluno que convive com um aluno deficiente na sala de aula tem um ganho que os demais profissionais não têm. Trabalho com inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, e em algumas empresas, as pessoas não têm qualquer vivência com o deficiente. Se elas tivessem passado por uma sala de aula da PUC-Campinas, certamente teriam outro olhar, o que facilitaria para a empresa e para o funcionário que está entrando. O aluno que não tem uma deficiência aparente na nossa sala de aula, tem um ganho e a sociedade que o acolhe, a comunidade que vai se envolver profissionalmente, também tem esse ganho. Ganha a pessoa com deficiência, a pessoa que convive, ganha a Universidade. Abrange as diversas camadas facilitadoras de um modelo de sociedade inclusiva. A PUC-Campinas tem uma expressiva contribuição para a sociedade, pois seus alunos formam, de certa maneira, algumas empresas, algumas clínicas, algumas escolas. Esse conhecimento toma uma proporção incomensurável. O aluno que teve essa vivência nesta Universidade, expande a mentalidade inclusiva, proporcionando o seu transbordamento para a sociedade. A filosofia do ProAces já faz parte de um modelo social que mudou e vem mudando de certa maneira a representação social da deficiência. Essa é a grande contribuição.

**José Meciano Filho (Nino)** – O aluno com essa experiência tem muito mais recursos em uma empresa. Compartilhar a sala com um portador de necessidades especiais é um felizardo, pois participa de uma modificação no grupo.

**Rita Maria Majaterra Khater** – A Universidade, por meio do ProAces, viabiliza essa convivência, permitindo, acolhendo, resolvendo a situação. Esse enfoque do ProAces viabiliza uma convivência cidadã, de transformação para o aluno não deficiente.

**Silvia Cristina de Matos Soares** – Eu também observei esse ambiente inclusivo nas três turmas em que trabalhei. Percebe-se, quando os alunos chegam, que existe uma diversidade

muito grande. Todos vêm com conceitos já pré-definidos. Durante a convivência com esses alunos deficientes, percebe-se que há, com a grande maioria, uma revisão de conceitos. Havia o caso de um aluno portador de deficiência motora. Os demais alunos comentavam que ele era um dos melhores da classe. E brincavam com aqueles que não iam bem, que não se esforçavam, ou não tinham interesse, perguntando quem realmente era o deficiente. Percebia-se que os demais alunos identificavam que, realmente, cada um tem as suas deficiências. O ambiente inclusivo faz com que os alunos percebam que a deficiência visual, a auditiva e a motora são rotuladas e que todos temos os nossos limites. E essa reflexão é proporcionada pela convivência na sala de aula, que não tem nada a ver com a disciplina, mas que faz parte da formação da pessoa. O aluno que teve a chance de se formar numa turma dessa, torna-se um profissional diferenciado e vai para o mercado de trabalho, para o convívio social com vários conceitos redefinidos.

**José Meciano Filho (Nino)** – Essa socialização é verificada na formatura da classe. É interessante quando a plateia vê esses alunos deficientes.

#### **4. Quais as recomendações mais atuais para o atendimento das pessoas com deficiência?**

**Carmem Sílvia Cerri Ventura** – As recomendações são várias, porque é um processo de amadurecimento, mas pode-se iniciar com a ampliação das discussões junto aos professores nos planejamentos. Participei de um encontro de formação para Educação Inclusiva. A questão ficou muito mais focalizada no acesso a documentos, como a Convenção de Direitos da Pessoa com Deficiência promulgada pela ONU. Há, ainda, muito a conhecer em termos do que existe oficialmente no Brasil. Exemplificando, a diretora da Secretaria de Educação Especial do MEC é cega e o seu marido trabalha no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tele-

comunicações – CPqD. Ela vem para Campinas a cada 15 dias. Seria preciso trazê-la para proferir uma palestra na PUC-Campinas, a fim de fazer contato com os professores. Creio ser necessário ampliar o diálogo, pois as pessoas têm de discutir a partir de experiências concretas que os professores vivenciam. O discurso de que o professor não está mais preparado não pode mais ser aceito, ele tem de se preparar. A Universidade tem o compromisso de buscar assessorias para preparar o seu corpo docente. Os professores de alunos surdos têm de ter o curso de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Os cursos de Licenciatura precisam ter essas atividades em seus currículos, assim como os professores também precisam tê-las. E os colegas desses alunos têm de ter esse acesso. A acessibilidade garante a questão pedagógica e, até um certo ponto, a questão social e ter essa ampliação significa falar duas línguas, o português e LIBRAS. Claro que a presença do intérprete é fundamental e indiscutível. Certo está que várias ações devem ser feitas, como a divulgação do documento da Convenção promulgada pela ONU, que vai adquirindo força de lei, uma vez que o Brasil também é signatário. Além da divulgação das experiências dos professores que têm alunos com deficiências na sua sala de aula. Há necessidade de a Universidade proporcionar mais fóruns para se debater esse assunto, há necessidade de se resignificar o conceito de deficiência, pois, para muitos, ainda está associada a uma doença com a qual a pessoa vive o resto da sua vida e que não muda. E se não houver oportunidades para ampliar o debate não poderá haver mudança de paradigma. A Universidade tem de oferecer ao professor essa oportunidade.

**Sílvia Cristina de Matos Soares** – A PUC-Campinas é uma Universidade que tem recursos na infraestrutura e no pessoal para fazer esse tipo de divulgação. Trabalhei na Secretaria da Educação Especial, em 2007, em que há um projeto do governo federal, com a duração de 4 anos, de aperfeiçoamento para os professores da rede pública. Coordenei a área de Ensino a

Distância desse curso e conseguimos atingir cerca de 1400 professores espalhados pelo Brasil. O foco desse curso é justamente trabalhar as 4 deficiências. E o resultado do curso é ótimo, apesar de várias dificuldades enfrentadas nas cidades da Região Norte do país, que ficavam, às vezes, sem acesso à internet por cerca de um mês. Para essas cidades, o material era enviado pelo correio. Destaco o interesse dos professores a partir do momento em que sentiram a necessidade de trabalhar com alunos deficientes em sala de aula. Esse interesse vai sendo passado para outros professores dentro da própria escola. O material para esse curso foi preparado em DVD e em livros e foi enviado aos professores. Recebo, até hoje, correspondência eletrônica desses professores espalhados pelo Brasil, agradecendo a oportunidade que tiveram de participar do curso. Há nas Regiões Sul e Sudeste um número maior de universidades e mais recurso financeiro, proporcionando ao professor esse aperfeiçoamento. Mas nas regiões mais distantes, não há essa mesma oportunidade para capacitação. A PUC-Campinas tem uma estrutura sensacional com a TV PUC-Campinas, com os recursos para o Ensino a Distância, e Ensino Presencial para usar nessas capacitações. Esta Universidade tem muito potencial para desenvolver esse tipo de trabalho.

**José Meciano Filho (Nino)** – Creio que a tendência é aumentar o número de alunos com necessidades especiais dentro das classes. Os professores devem se preparar, se atualizar tanto na área legal quanto na área operacional do dia a dia.

**Carmem Silvia Cerri Ventura** – A legislação nos ajuda a romper certos tipos de barreiras. Mas as atitudes devem ser modificadas na convivência com o deficiente. O conhecimento da legislação, dos tratados nacionais e internacionais que existem a esse respeito é essencial. Existem barreiras visíveis e invisíveis, no dia a dia, em que o deficiente pode ser excluído com um simples olhar. Por isso o trabalho e o conhecimento têm de ser amplos e muito divulgados, desde a questão legal até a pedagógica.

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – Meu projeto de pesquisa refere-se às tecnologias avançadas para a inclusão. Dentro dos próximos dez anos, o panorama já estará totalmente diferente, pois as tecnologias serão muito potentes para auxiliar as pessoas com necessidades especiais. E essas pessoas deficientes estão cursando o Ensino Superior e pesquisando a esse respeito, para o próprio benefício, e não mais aguardando que alguém faça a pesquisa por elas. Existem tecnologias que poderiam ser aplicadas para apoiar pessoas com necessidades especiais e não são aplicadas justamente porque ninguém nunca pensou nisso. Exemplifico com a invenção do torpedo do telefone celular. Essa é a solução para quem é deficiente auditivo, pois consegue se comunicar por esse meio. A PUC-Campinas poderia desenvolver alguns cursos com uma disciplina da área ou com um conteúdo direcionado para a inclusão e necessidades especiais. O curso de Análise de Sistemas da PUC-Campinas foi um dos primeiros a colocar um conteúdo de inclusão e de tecnologia assistiva no seu programa. Creio que o analista de sistemas tem de saber que existe usuário que é cego e deve desenvolver sistemas pensando nesse usuário.

**Carmem Silvia Cerri Ventura** – Esse conteúdo deveria integrar a matriz curricular de todos os cursos da Universidade.

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – Um aluno que cursa a Faculdade de Educação precisa concluir seu curso sabendo como deve ensinar para pessoas com necessidades especiais, porque ele é um profissional do ensino. Mas na Faculdade de Engenharia Civil não se fala de acessibilidade. Como um engenheiro civil pode construir uma rampa se não teve o devido preparo para resolver esse problema dos deficientes, por exemplo. Esse profissional é ignorante nesse assunto, por isso a necessidade de um conteúdo de inclusão em todas as disciplinas. O engenheiro deve projetar suas obras com um design universal já pensando na inclusão dos deficientes, em todos os detalhes.

Dessa forma, cada profissional, dentro de sua área, já planejará e desenvolverá seu trabalho pensando nessa pessoa com deficiência. Nos cursos de Análise de Sistema já há a disciplina Interação Humano-Computador que trata desse segmento. Eu leciono essa disciplina e depois de conversar com o diretor, ele disse que seria interessante e que esse módulo deveria ser inserido. Na realidade, esse módulo trata de interfaces de computador.

**Silvia Cristina de Matos Soares** – Destaco que, além do curso de Análise de Sistemas, há também no curso sequencial uma disciplina, a qual eu leciono, que trabalha a inclusão, a acessibilidade .

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – Atualmente, em todos os trabalhos de conclusão de curso dos alunos do curso de Análise de Sistemas há uma preocupação de se colocar algum detalhe sobre acessibilidade. Muitos dos trabalhos referem-se à tecnologia para acessibilidade, o que antes não existia. Creio que o curso deveria ser repensado. Exemplifico, ainda, com o curso de Direito, pois existe uma disciplina que trata do direito da pessoa com necessidade especial. Deveria ser mais divulgada a maneira como eles transmitem esse assunto. Orientei uma dissertação de mestrado e essa aluna fez um levantamento de todos os cursos de Biblioteconomia no Brasil para ver o seu conteúdo e quem discutia esse assunto, porque um aluno não tem como acessar essa informação numa biblioteca. O resultado dessa dissertação propõe uma disciplina para elaborar essa tarefa. O bibliotecário recém-formado está trabalhando e quando aparece um deficiente visual em uma Biblioteca, o profissional entra em pânico, pois não sabe o que fazer. Falta essa orientação mais pontual.

**Rita Maria Majaterra Khater** – A PUC-Campinas realiza muitas atividades e não comunica seu desempenho para a sociedade. Recentemente, esta Universidade firmou um acordo de cooperação para o cumprimento da sua cota de inclusão. E por conhecer a grande

maioria dos acordos que existem nessa área, por participar do Ministério do Trabalho e do Emprego, e por participar de um núcleo de discriminação do trabalho e do emprego, afirmo que esse acordo firmado pela PUC-Campinas para a inclusão de pessoas com deficiência é, de fato, o mais bonito até o momento. A Universidade reverte o seu produto, o Ensino, para que a sociedade possa trabalhar com essa representação social da deficiência. Esse acordo propõe Práticas de Formação, Cursos de Extensão. Eu ministro um curso gratuito para profissionais de Relações Humanas e a PUC-Campinas nada cobra dos participantes. A Pró-Reitoria de Graduação fará, nos próximos quatro anos, uma revisão em seus projetos e colocará a pessoa com deficiência em disciplinas que perpassem por todos os cursos. A Universidade está fazendo, de forma efetiva, uma trajetória para alterar o preconceito da deficiência, propiciando uma mudança nesse paradigma. Exemplifico com os meninos que trabalhavam no Campus II pela APAE de Campinas. Hoje eles são funcionários registrados da PUC-Campinas. Há muitas pessoas com deficiência cognitiva atuando em vários centros da Universidade. Existe na PUC-Campinas uma conferência nacional da pessoa com deficiência que apontou, no ano passado, a necessidade de se divulgar, um pouco mais, a eficiência da pessoa deficiente no mercado de trabalho. E a Universidade ofereceu a sua agência experimental, que criou uma peça publicitária, já disponibilizada para a sociedade. A PUC-Campinas está usando o seu produto, o Ensino, para alterar a representação social da deficiência de maneira efetiva, mas tímida. Não há divulgação e essa discrição, às vezes, causa aos professores alguma ansiedade.

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – Deveria haver, por exemplo, na Faculdade de Engenharia Civil, uma disciplina específica, ministrada por um engenheiro civil, que ensinasse pessoas com necessidades especiais a construir casas para pessoas com necessidades especiais. Assim como acontece na Faculdade de Análise de Sistemas.

**Rita Maria Majaterra Khater** – Você se refere a uma disciplina específica?

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – Disciplina específica e estabelecida pelo MEC.

**Rita Maria Majaterra Khater** – Lembre-se que, ao se colocar uma disciplina específica, ela deixa de ser inclusiva.

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – Depende da disciplina.

**José Meciano Filho (Nino)** – A disciplina proporciona a formação técnica.

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – É para o aluno pensar a partir dessa formação.

**Carmem Silvia Cerri Ventura** – Exemplifico com LIBRAS, pois um fato é pensar na deficiência que temos, outro fato é pensar no surdo. Essa é uma deficiência que tem a necessidade de um recurso significativamente diferente do usual. Creio que, ao se ensinar LIBRAS, não se exclui, se trabalha concretamente com um recurso significativamente diferente do usual.

**Rita Maria Majaterra Khater** – O docente da Faculdade de Arquitetura não precisa de uma disciplina para resolver as dificuldades das barreiras arquitetônicas, esse docente tem, sim, de ensinar de maneira que o arquiteto formado por aquela faculdade pense de forma inclusiva.

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – Exatamente, mas na disciplina dele.

**José Meciano Filho (Nino)** – Todas as disciplinas deveriam transitar nessa especificidade.

**Rita Maria Majaterra Khater** – O docente da Faculdade de Enfermagem não precisa de uma disciplina específica para saber como atender um surdo, um cego, um cadeirante. Ele tem de ensinar o enfermeiro a atender essas necessidades.

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – Por esse motivo mencionei não ser uma disciplina, mas

um conteúdo das disciplinas que trate desse assunto.

**Rita Maria Majaterra Khater** – Certamente o conteúdo ficará mais inclusivo do que uma disciplina.

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – Lembro que o MEC não cita mais “Disciplina”, mas, sim, “Conteúdos”.

**Carmem Silvia Cerri Ventura** – Excluir não significa falar sobre especificidades.

**Rita Maria Majaterra Khater** – Faço parte do Conselho de Direitos da Pessoa com Deficiência, da Comissão de Pessoas com Deficiência, da Comissão do Ministério do Trabalho e do CIAD. Em determinado momento da minha trajetória profissional, deparei-me, na “Semana de Luta da Pessoa com Deficiência”, com uma frase que me ensinou muito e que diz: “NADA SOBRE NÓS SEM NÓS”. Eu pensava a deficiência sem consultar o deficiente sobre o assunto. O ProAces e a PUC-Campinas, viabilizando as faculdades para a pessoa com deficiência, estão caminhando para a formação de um modelo de professor de tecnologia assistiva que se formará, entrará na sala de aula e será um docente deficiente. E o acesso à Universidade está viabilizando o acesso dessas pessoas para a empregabilidade. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência nos ensina que a sociedade tem de ser acessível aos deficientes. Ela nos ensina que o tamanho da deficiência é proporcional à inadequação social. As barreiras, sejam elas arquitetônicas, do transporte ou do ensino, causam a deficiência, e o seu tamanho é proporcional à falta de acessibilidade. Essa é a parte principal da Convenção. O ProAces traz uma resposta para a falta de acessibilidade. Há um processo para diminuir a deficiência de nossos alunos por meio de maior acessibilidade ao ensino.

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – O ProAces deu resultados, porque a solução para o problema do deficiente é dada por eles, os

professores auxiliam na execução da tarefa. O primeiro passo dado foi chamar os alunos, seus pais e familiares para que eles expusessem quais eram as suas necessidades e o ProAces executou aquilo que eles não conseguiam fazer, devido à sua condição de deficiente. Um engenheiro, ao desenvolver um elevador, deve pensar na hipótese de um deficiente ter condições de abrir facilmente a porta para poder usufruir desse elevador. O pensamento desse engenheiro deve incluir os deficientes nos seus projetos.

**Silvia Cristina de Matos Soares** – Destaco ser um caso real lá na Faculdade de Análise de Sistemas. Foi isso que aconteceu.

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – Há tempos foi feita uma rampa para facilitar o acesso de cadeirantes. Pedi ao engenheiro que tentasse subir nessa rampa sentado em uma cadeira de rodas. Ele sentiu a dificuldade.

**Carmem Silvia Cerri Ventura** – Esses são conhecimentos específicos.

**José Oscar Fontanini de Carvalho** – Exatamente.

**Carmem Silvia Cerri Ventura** – Um detalhe é o raciocínio sobre a acessibilidade e outro é a técnica. É específico e não faz ser diferente.

**Rita Maria Majaterra Khater** – Exemplifico com a existência de uma placa, na saída do Campus II, orientando que se transite pela calçada, mas não há qualquer calçada em condições ideais para se caminhar naquele local. Às vezes se faz o que é lógico e não o que é real.

**José Meciano Filho (Nino)** – Quando recebemos, lá no Campus II, o pessoal com deficiência para trabalhar na limpeza, verificamos que o número de faltas e atestados médicos do pessoal não portador de necessidades especiais reduziu drasticamente, resolvendo o problema da falta do pessoal. A presença dos deficientes forçou uma mudança radical de comportamento. Foi muito interessante!

